



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

REBECA PIRES MATIAS

**A importância da documentação museológica na preservação do mobiliário:
a Coleção Palácio Monroe - o mobiliário histórico do Senado Federal**

**Brasília, DF
2023**

REBECA PIRES MATIAS

**A importância da documentação museológica na preservação do mobiliário:
a Coleção Palácio Monroe - o mobiliário histórico do Senado Federal**

Monografia apresentada como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Abreu Gomes

**Brasília, DF
2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pi Pires Matias, Rebeca
A importância da documentação museológica na preservação do mobiliário: a Coleção Palácio Monroe - o mobiliário histórico do Senado Federal / Rebeca Pires Matias; orientador Ana Lúcia de Abreu Gomes. -- Brasília, 2023. 56 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. Desenvolvimento de Coleções. 2. Palácio Monroe. 3. Senado Federal. 4. Documentação Museológica. I. de Abreu Gomes, Ana Lúcia , orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

A importância da documentação museológica na preservação do mobiliário: a Coleção Palácio Monroe - o mobiliário histórico do Senado Federal

Discente: Rebeca Pires Matias

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora

Orientadora: **Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia de Abreu Gomes**

Doutora em História Cultural/UnB

Membro Titular: **Prof.ª Dr.ª Andréa Fernandes Considera**

Doutor em História Cultural /UnB

Membro Titular: **Prof.ª Dr.ª Rose Moreira**

Doutora em Museologia/ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Membro Suplente: **Prof.ª Dr.ª Luciana Magalhães Portela**

Doutora em Antropologia/UnB



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 14/08/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Fernandes Considera, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 14/08/2023, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Magalhães Portela, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 29/08/2023, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Rose Moreira de Miranda, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 27/09/2023, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10133291** e o código CRC **01D3CC05**.

Referência: Processo nº 23106.091230/2023-91

SEI nº 10133291

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, , Brasília/DF, CEP 70910-900

Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.unb.br>

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a mim mesmo, como uma seguidora do esforço, da dedicação e da perseverança. É uma celebração da minha capacidade de superar desafios, aprender e crescer como pessoa e profissional.

Este trabalho representa não apenas a conclusão de um ciclo, mas também o início de novas oportunidades e conquistas. Que ele seja uma valiosa contribuição para a área de estudo e que possa inspirar outras pessoas em suas próprias jornadas.

Com gratidão e emoção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho a todas as pessoas que permaneceram ao meu lado durante essa jornada acadêmica, confiantes do meu crescimento e sucesso.

Aos meus pais e minha irmã, que sempre acreditaram em mim e me apoiaram incondicionalmente. Vocês são minha base, meu porto seguro, e sou imensamente grata por todo o amor e suporte que me deram ao longo desses anos.

Aos meus amigos, que compartilharam risadas, desafios e momentos de descontração. Vocês tornaram leve os dias difíceis e fizeram desta jornada uma experiência vivida.

A minha orientadora e professores, que me guiaram com sabedoria, paciência e dedicação. Suas orientações e ensinamentos foram fundamentais para o meu aprendizado e desenvolvimento acadêmico.

Aos profissionais do Museu do Senado Federal, que proporcionaram um ambiente propício para o meu crescimento intelectual e acadêmico. Em especial agradeço ao meu supervisor de estágio Mateus de Menezes por ter me instigado ao assunto sobre o mobiliário do Senado Federal e me inspirado e apoiado no tema do meu trabalho. A equipe do museu e aos restauradores por sempre estarem disponíveis quando dúvidas surgiam. A excelência e comprometimento de vocês foram fundamentais para o meu desenvolvimento.

Este trabalho representa um marco importante em minha jornada acadêmica e profissional, e não poderia ter alcançado esse resultado sem o apoio e incentivo de todos vocês. Obrigado do fundo do meu coração por fazerem parte desta conquista.

Minha eterna gratidão.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar e apresentar as informações e a documentação sobre a Coleção Palácio Monroe. A finalidade foi apresentar como tem se desenvolvido o trabalho de documentação e pesquisa museológica da coleção de mobília do Palácio Monroe que atualmente se encontra nas dependências do Senado Federal (atual sede) e na Residência Oficial do Presidente do Senado. Alcançando os resultados esperados, mostramos como a Coleção Palácio Monroe é de extrema importância para a Casa, para perpetuar a história do Senado Federal e para a sociedade brasileira, sendo a documentação museológica e a preservação dos móveis fatores cruciais na realização desta tarefa.

Palavras-chave: Desenvolvimento de Coleções; Palácio Monroe; Senado Federal; Documentação Museológica.

ABSTRACT

The present work aims to study and present the information and documentation about the Monroe Palace Collection. The purpose was to present how the work of documentation and museological research has been developed on the Monroe Palace furniture collection that is currently in the Federal Senate's premises (current headquarters) and in the President of the Senate's Official Residence. Reaching the expected results, we show how the Monroe Palace Collection is of extreme importance to the House, to perpetuate the history of the Federal Senate and to the Brazilian society, being the museological documentation and preservation of the furniture crucial factors in the accomplishment of this task.

Keywords: Collection Development; Monroe Palace; Federal Senate; Museological Documentation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Palácio Monroe	16
Figura 2: Vista panorâmica da Baía do Rio de Janeiro	17
Figura 3: Vista aérea da Exposição Universal de Saint Louis	19
Figura 4: Vista da antiga Avenida Central	20
Figura 5: Planta do Palácio Monroe	21
Figura 6: Gráfico de Transferência para Brasília - Senado Federal - Transporte de Bagagens e Equipamentos	23
Figura 7: Gráfico de Transferência para Brasília - Senado Federal - Transporte de Bagagens e Equipamentos	24
Figura 8: Demolição do Palácio Monroe	26
Figura 9: Demolição do Palácio Monroe	27
Figura 10: Cadeira estilo inglês na época de D. João V	33
Figura 11: Mesa de bolachas e torcidos	34
Figura 12: Ficha Catalográfica	37
Figura 13: Mesa Vandalizada	44
Figura 14: Mesa vandalizada (restaurada)	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação de objetos	37
Tabela 2: Classificação de objetos	38

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

Cidoc - Comitê Internacional para Documentação

Comus - Coordenação de Museu

Demhist - Comitê Internacional para os Museus de Casas Históricas

Ibram - Instituto Brasileiro de Museus

Icom - Conselho Internacional de Museus

Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEM - Setor de Execução de Mudança

SGTB - Setor do Grupo de Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO 1 - O PALÁCIO MONROE	16
1.1 O projeto do Palácio Monroe	18
1.2 A arquitetura do Palácio Monroe	20
1.3 A transferência do Senado do Rio de Janeiro para Brasília	22
1.4 A demolição do Palácio Monroe	25
CAPÍTULO 2 - MOBILIÁRIO HISTÓRICO DO MUSEU DO SENADO FEDERAL	29
2.1 Um pouco de história para tentarmos compreender melhor o mobiliário histórico do Senado Federal	32
2.2 A documentação museológica no âmbito do Museu do Senado Federal	35
2.2.1 Documentação museológica no campo da preservação	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49
ANEXO	51

INTRODUÇÃO

Segundo o Conselho Internacional de Museus (Icom), assim como no livro “Conceitos-chave de museologia” (2014, p. 32) para se constituir uma verdadeira coleção, é necessário que esses agrupamentos de objetos formem um conjunto (relativamente) coerente e significativo. Para o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), na lei 11.904/2009, as coleções são conjuntos de objetos que possuem valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. A coleção de um museu deve ser definida a partir da missão deste museu, a documentação museológica que acompanha esse processo é fundamental para perpetuar não só a historicidade dos objetos musealizados, mas especialmente sua carga simbólica. Talvez pudéssemos pensar que museus colecionam afetos, valores, sentimentos que deveriam circular por meio dos objetos. Se essa reflexão é válida, colecionamos valores, sonhos, lembranças, afetividades que podem estar materializadas e adquirir certa concretude por meio dos objetos.

Um objeto que adentra o museu, não inicia sua história ali. A musealização desse objeto não deveria apagar sua vida útil ou afetiva. Alberti (2005) diz que nós podemos traçar a vida de um objeto antes mesmo da sua musealização, através dos seus registros, relatórios, catálogos e se for o caso, qualquer documento que nos informe acerca da complexidade que todo e qualquer objeto carrega.

O objetivo deste trabalho é apresentar a coleção¹ de mobiliário do Palácio Monroe, abrigada no Museu do Senado, em Brasília, a partir de aspectos de seu processo de musealização. Para a consecução desse objetivo geral, será necessário retroceder e, especificamente, contextualizar a história do Palácio Monroe quando sua estrutura arquitetônica imponente foi sede de decisões políticas relevantes para a sociedade brasileira para depois observar, à luz dos processos de musealização, outros detalhes da vida que habitou especialmente em seu mobiliário. Na sequência,

¹ De modo geral, uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada. Para se constituir uma verdadeira coleção, é necessário que esses agrupamentos de objetos formem um conjunto (relativamente) coerente e significativo. (DESVALLÉESS. 2013, p. 32)

apresentaremos os processos mais recentes envolvendo a documentação dessa coleção.

Como já sinalizado, a relevância dessa coleção se mistura à história política do Brasil que por sua vez tem, na história do Senado Federal, um de seus braços, considerando por um lado, a relevância das decisões ali tomadas; por outro lado, considerando aquele espaço político como ressonância de desejos e expectativas ali depositadas. Quando em funcionamento normal, representou a estabilidade, a democracia. Seu fechamento, a representação em contrário.

Conseqüentemente, a instituição de um museu a partir de objetos que nele habitaram, tem igualmente um conjunto de significados. É indício de um amadurecimento institucional; isto porque o Senado não precisaria ter em seu interior um museu. Por necessidades administrativas, as instituições – e o Senado é uma delas – têm um arquivo e muitas vezes uma biblioteca, mas podem prescindir de um museu. Se uma instituição, cuja atividade finalística não é a museal, pode prescindir de um museu, mas o cria, essa “vontade de museu”, essa “vontade de memória” pode indicar a importância de um museu no Senado e em tantas outras instituições onde os museus são criados. Criar um museu em seu interior, um museu institucional² significa que a instituição acredita abrigar uma herança de valor simbólico que circula e se manifesta por meio das obras de arte, objetos ornamentais e mobiliário que testemunharam eventos e momentos políticos do país em suas três sedes: o Palácio Conde dos Arcos, no Rio de Janeiro, onde o Senado funcionou de 1826 a 1924; o Palácio Monroe, também no Rio de Janeiro, recebeu o Senado de 1925 a 1960, foi sua segunda sede até a transferência para Brasília, onde está desde 1960 no edifício Palácio do Congresso Nacional em um dos vértices da Praça dos Três Poderes.

O Museu do Senado Federal hoje abriga boa parte dos objetos que pertenceram ao Palácio Monroe e foram transferidos para o Congresso Nacional. Os objetos que compõem o acervo³ são: as peças do antigo plenário, pertencente ao

² Definimos museu institucional como um museu existente em uma instituição cuja atividade finalística não é a museal. (NOGUEIRA, 2015)

³ Segundo o Dicionário Caldas Aulete, acervo é: Um conjunto de bens, de propriedade pública ou particular que compõe patrimônio, designa um conjunto geral, com corpo mais amplo muitas das vezes constituído de várias coleções.

Senado Federal desde o Palácio Conde dos Arcos, outros móveis, quadros, lustres, esculturas, urnas entre outros objetos. Uma parte dessa coleção está exposta no Salão Negro do Senado Federal, sem contar os objetos que se perderam na transferência, foram leiloados ou simplesmente descartados.

O Museu do Senado foi criado em 1991, com a finalidade de preservar a memória do Senado Federal. Segundo a análise do perfil de acervo do Museu pode-se afirmar que a maior parte das peças é oriunda do Palácio Monroe.

Em relação à documentação, conservação e restauro, os objetos dessa coleção estão sob responsabilidade da Coordenação de Museu (Comus). Boa parte do mobiliário analisado se encontra atualmente no gabinete da Presidência e Residência Oficial do Senado Federal; as demais obras se encontram no próprio Museu Histórico Senador Itamar Franco. Não é comum que esses móveis sejam transferidos para outras dependências do Senado Federal, se restringindo apenas a esses locais institucionais.

Analiticamente, como já sinalizamos, partimos do pressuposto que a criação do Museu do Senado indica um amadurecimento institucional considerando que a primeira sessão do Senado ocorreu em 06 de maio de 1826, e o Museu foi criado em 1991 quando a instituição completou 165 anos de existência. Se reflete, portanto, na consciência de criação, preservação e comunicação de suas coleções, A criação dessa coleção e sua carga simbólica precisa ser comunicada. Ela circula por entre objetos de seu acervo, mas é necessário que ela seja comunicada pois a sociedade brasileira contemporânea não é a mesma de 100 ou 200 anos atrás e, portanto, essa carga simbólica pode não ser óbvia. Um exemplo disso foi o ocorrido em 08 de janeiro de 2023 na Praça dos Três Poderes demonstrando o desconhecimento e a compreensão da importância da democracia e de todo o trabalho materializado naquela construção. Não é necessário tomar nenhuma posição política para avaliar que o ocorrido há alguns meses atrás significou desrespeito à democracia e a tantos brasileiros e brasileiras que trabalharam física e simbolicamente para que essa instituição - o Senado - fosse criada e se mantivesse.

Metodologicamente, para a realização desse trabalho, baseamo-nos em revisão de literatura sobre os temas afins e documentação histórica e contemporânea que nos permita alcançar os objetivos dessa monografia.

Esse trabalho se organiza em dois capítulos. O primeiro tratará de construir, à luz do objeto de pesquisa desta monografia, um contexto que se concentra no Palácio Monroe. Isso porque, não conseguimos ainda identificar totalmente, do acervo presente hoje no Museu do Senado, quais objetos são provenientes desta e de outras sedes, com exceção do Plenário do Senado em exposição.

O segundo capítulo traz um levantamento acerca dos estudos referentes ao mobiliário no campo museológico e com uma maior profundidade no detalhamento dos estilos identificados no mobiliário histórico pertencente à coleção do Senado Federal e o seu contexto. Trabalhando a documentação museológica e seu processo documental como base para a preservação do acervo.

CAPÍTULO 1 - O Palácio Monroe

Figura 1 - Palácio Monroe



Fonte: Acervo do Museu do Senado

A história do Palácio Monroe não se inicia com sua instalação no Rio de Janeiro em 1906. O que viria a ser a segunda sede do Senado Federal era antes um Pavilhão para a participação do Brasil na Exposição Universal⁴ de 1904 que aconteceu em Saint Louis nos Estados Unidos da América. A área ocupada era “um terreno de 5.500 metros quadrados, ao lado de outras delegações estrangeiras como Bélgica, Cuba, França, Inglaterra, Itália, Porto Rico e Sião” (AGUIAR 1976 *apud* ALVARENGA. 2019, p. 151)

O estilo eclético do Pavilhão chamou a atenção naquela ocasião.

(...) a edificação de estilo eclético despertou grande interesse e admiração dos frequentadores e da imprensa norte americana e recebeu a mais importante premiação conferida pelo evento no aspecto da arquitetura, sendo agraciada com a medalha de Grande Prêmio, primeira honraria internacional da arquitetura brasileira. (ALVARENGA, 2019, p. 151)

Com a exposição finalizada, a estrutura do Pavilhão foi transferida para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. O projeto de montagem do Pavilhão foi o mesmo executado na Exposição Universal. “(...) adicionando apenas embasamento, nova

⁴ As Exposições Universais, também conhecidas como Feiras mundiais, são eventos internacionais que visam promover o intercâmbio de ideias, tecnologias, produtos e cultura entre os países participantes. Essas exposições eram realizadas a cada cinco anos. As primeiras exposições universais foram realizadas em Londres em 1851 e ficaram conhecidas como a Grande Exposição ou a Exposição do Crystal Palace. Desde então, muitas cidades ao redor do mundo sediaram esse evento. As exposições universais apresentam pavilhões nacionais, onde cada país pode apresentar suas experiências culturais, artísticas, científicas e tecnológicas.

base de apoio para o prédio que serviu de porão, e respiradores, janelas para ventilação. A obra foi executada no período de quatro meses entre abril e julho de 1906” (FRANÇA, 2017, p. 34)

Sua execução se deu em meio ao programa de remodelação e modernização do Rio de Janeiro sob supervisão do então Presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902 - 1906) e do prefeito da cidade, Francisco Pereira Passos (1902 - 1906). Sua instalação na capital da República tinha relação com a construção da Avenida Central que teve início em março de 1904 depois do Decreto nº 4.969 ser assinado em setembro de 1903. Esse decreto determinava a abertura da Avenida Central, dando início a modernização do Rio de Janeiro que, acreditava-se, representaria a imagem do país. Sobre a abertura da Avenida Central, Aguiar afirma que:

(...) onde deveriam ser construídos os prédios monumentais, obedecendo ao estilo arquitetônico neo-clássico, com o abandono da tradicional arquitetura colonial portuguesa, caracterizando o início de uma nova era, como uma tomada de posição renovadora republicana. (1976, p.25)

Os edifícios Teatro Municipal, Museu de Belas Artes, Biblioteca Nacional e o Palácio Monroe se tornaram símbolo da nova imagem do Brasil República. Esses novos prédios deveriam seguir o estilo arquitetônico eclético com o objetivo de afastar-se da arquitetura colonial portuguesa para assim construir a nova imagem do país. Partindo desse princípio a montagem do Pavilhão deveria se encaixar nesse contexto. Aguiar prossegue:

Os elementos da composição inserem-se na linguagem geral do ecletismo, estilo híbrido caracterizado pela combinação liberal de elementos de diversas origens e que marcou uma época de transição na arquitetura entre o Neoclássico e o estilo da época atual. (...) marca o apogeu da revolução industrial. Era, portanto, um estilo em pleno vigor na época tendo o projeto de Souza Aguiar merecido destaque na exposição de Saint Louis. (1976, p. 32)

Figura 2 - Vista panorâmica, Baía do Rio de Janeiro.



Fonte: Antônio Caetano da Costa Ribeiro. Entrada da barra do Rio de Janeiro, Brazil : Rio de Janeiro, RJ / Acervo FBN. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br>. Acesso em: 22 de mar. de 2023

O Palácio Monroe foi batizado com esse nome a partir da proposta do Barão do Rio Branco⁵ em homenagem ao presidente dos Estados Unidos, James Monroe.

Nos anos iniciais, o Palácio servia como edifício festivo, sediando festas oficiais da capital, congressos, formaturas e bailes. O Palácio é incorporado ao cenário político em 1914 quando se tornou a Câmara dos Deputados até 1922. No ano seguinte, o Palácio passou por reformas que alteraram aspectos de seu interior para que o edifício abrigasse o Senado da República, ato que ocorreu em 3 de maio de 1925.

1.1 O projeto do Palácio Monroe

O Brasil foi convidado pelo governo americano para compor a Exposição Universal. Em 1903, foi enviado ao Congresso Nacional um pedido de crédito no valor de mil e cem contos de réis. O Coronel Souza Aguiar⁶ ficou responsável pelo orçamento e em desenvolver um plano para coletar os objetos que seriam expostos em Saint Louis.

Ao sermos convidados por V. Ex. para formular as bases servindo ao procedimento ulterior dos comissários e expositores na organização interna dos serviços da feira encontramos a primeira dificuldade na falta de elementos que habilita a indicar o caminho já trilhado de outras vezes, introduzidas modificações que as circunstâncias aconselham. Vale-mo-nos na emergência de algumas notas conservadas em nosso arquivo particular,

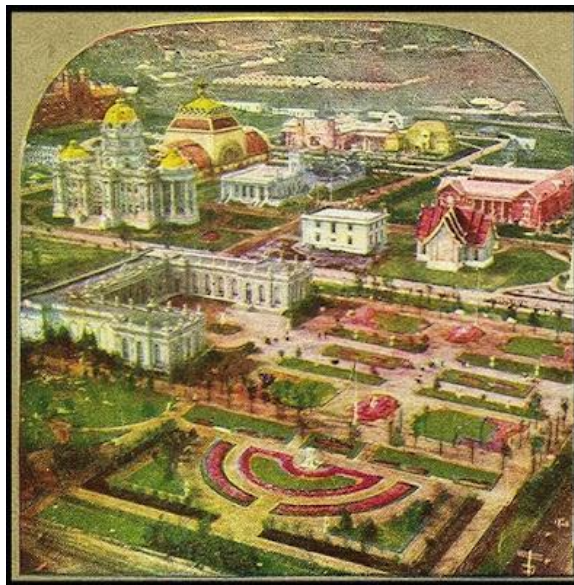
⁵ José Maria da Silva Paranhos Júnior

⁶ Francisco Marcelino Souza Aguiar. Sucedeu Pereira Passos como Prefeito do então Distrito Federal de 1906 a 1910.

há dez anos atrás, com mera recordação. (AGUIAR 1905 *apud* FRANÇA 2017 p. 23)

Com as circunstâncias da época, o transporte dos objetos para a Exposição foi feito pelo mar. Com isso, Souza Aguiar teve um período limitado para recebimento dos objetos de outras regiões do país. “Os objetos expostos deveriam estar no Rio até 31 de janeiro, e em Saint Louis até 15 de abril” (AGUIAR 1905 *apud* FRANÇA 2017, p. 24).

Figura 3 - Vista aérea da Exposição Universal de Saint Louis. No canto superior esquerdo encontra-se o Pavilhão brasileiro (Palácio Monroe).



Fonte: Sterling Numismática. 15 de out. de 2015. Disponível em: <http://sterlingnumismatic.blogspot.com/2015/>. Acesso em: 22 de mar. 2023.

Souza Aguiar tinha a difícil tarefa de criar um projeto arquitetônico que fosse montado em Saint Louis e remontado no Rio de Janeiro, assim como queria o Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Muller. Com a exigência do ministro, Souza Aguiar optou por trabalhar com uma estrutura metálica, diferente dos outros pavilhões expostos que utilizaram a madeira em sua construção.

Terminada a Feira, em dezembro de 1904, foi iniciada a desmontagem do pavilhão para sua reconstrução na capital federal e a área da cidade escolhida para recebê-lo foi justamente o final da Avenida Central, compartilhando este nobre espaço com outros prédios públicos como o Teatro Municipal, a Escola de Belas-Artes, a Biblioteca Nacional, a Câmara Municipal e o Supremo Tribunal Federal. Restava evidente, assim, a intenção do governo brasileiro de aproveitar o prestígio alcançado pelo edifício nos Estados Unidos e consolidar a construção da imagem de uma nação

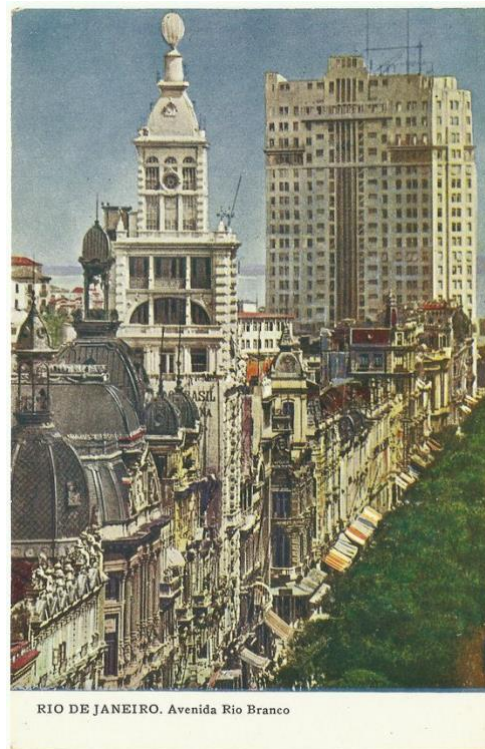
moderna, saneada e pronta para ocupar o seu espaço no cenário internacional (ALVARENGA, 2019, p.152)

1.2 A arquitetura do Palácio Monroe

A estrutura arquitetônica do Pavilhão remete ao estilo francês renascentista. Com suas colunas coríntias, aplicações em chapas de metal, destacavam as armas da República, florões, anéis e os acabamentos ornamentais que remetiam ao Brasil.

O modelo arquitetônico que o país passou a apresentar, com seus edifícios com características neoclássicas e ecléticas, tinham um viés mais político do que estético. A independência política de Portugal também deveria ser visibilizada: o Brasil passou a se distanciar da arquitetura lusitana, se inserindo em um padrão que outros países independentes estavam estabelecendo, como pode ser observado na Figura 4.

Figura 4 - Vista da antiga Avenida Central

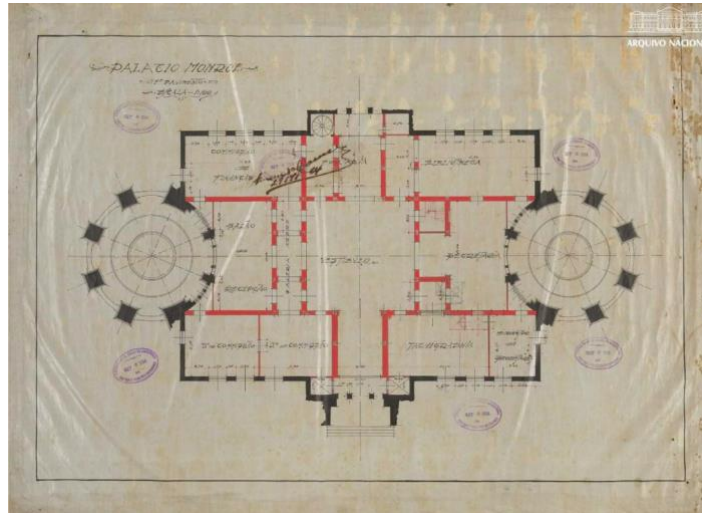


Fonte: Skyscrapercity. Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/threads/rj-fotos-antigas-do-rio-de-janeiro.877776/page-171>. Acesso em: 24 de mar. 2023.

O futuro palácio pôde representar essa nova estética muito bem, pois foi um dos primeiros símbolos da renovação político-urbana do Rio de Janeiro. A edificação,

que chamou a atenção na Exposição Universal pelo seu estilo, ganhou a medalha de Grande Prêmio, primeira honraria internacional da arquitetura brasileira.

Figura 5 - Planta do Palácio Monroe



Fonte: Arquivo Nacional. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/>. Acesso: 27 de mar. 2023.

Com o pavilhão desmontado em Saint Louis e projetado para ser remontado no Brasil, sediou em 23 de julho de 1906 a III Conferência Pan-Americana, evento com presença de várias autoridades internacionais. Com o início da conferência, a área de circulação na Avenida Central, se transformou no principal cartão de visita do Brasil. O Pavilhão São Luiz (recebeu esse nome em referência a cidade americana Saint Louis). Foi nessa conferência que o Pavilhão São Luiz, a pedido do embaixador brasileiro em Washington e atendido pelo Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil a época, renomeou o Pavilhão, e assim ficou Palácio Monroe.

Após a Conferência Pan-Americana em 1906, a partir do ano seguinte, em até 1914, o Palácio funcionou como um salão de festas cedendo espaço para qualquer evento oficial da capital.

(...) A política entrou em cena em 1914 quando a Câmara dos Deputados, até então instalada no edifício da Cadeia Velha, mudou-se para o prédio e ali ficou até 1922, sendo obrigada a sair para o edifício da Biblioteca Nacional, pois o Palácio Monroe seria ocupado pela Comissão Executiva da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência de 1922. (ALVARENGA, 2017, p.152)

Em 1923, o Palácio recebeu obras em seu interior, alterando sua parte interna para que o edifício abrigasse o Senado da República. O Senado se mudou em 3 de maio de 1925. Em 1937, quando Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, o Senado foi fechado, abrindo espaço para o Palácio sediar o Ministério da Justiça e o Departamento de Imprensa e Propaganda.

Apenas em 1946, o Palácio Monroe voltou a sediar o Senado Federal, com o fim do Estado Novo e o restabelecimento da democracia. Com a construção da nova capital, Brasília, e a mudança para a mesma, o edifício perdeu muito de sua funcionalidade.

1.3 A Transferência do Senado Federal do Rio de Janeiro para Brasília

Com a construção da nova capital, era necessário organizar o processo de sua transferência. O governo Juscelino Kubitschek (1956 - 1961) percebeu a necessidade de se criar uma comissão de transferência para cuidar da mudança física de equipamentos e mobiliário para Brasília.

Em 25 de fevereiro de 1958, pelo decreto nº 43.285, foi constituído o Grupo de Trabalho de Brasília para o qual "(...) foram designados (...) um representante de cada ministério, um do Estado Maior das Forças Armadas e um da NOVACAP, além de seis assistentes-técnicos." (MAIA, 1961, p. 9). Com a formação do grupo, se pode iniciar o Plano de Transferência, criando subgrupos para melhor operacionalização.

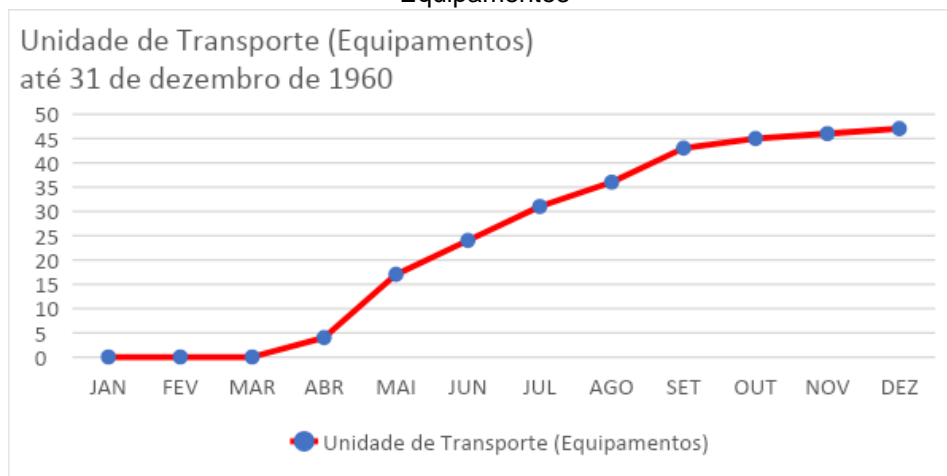
O subgrupo do poder legislativo, as articulações desenvolvidas por este subgrupo redundaram na criação por parte da Câmara dos Deputados da Comissão de Mudança, resolvendo a referida Casa do Poder Legislativo atribuir à própria Mesa os encargos da transferência para a Nova Capital. O mesmo não ocorreu com o Senado Federal, que deu atribuições ao 1º Secretário daquela Casa, para os entendimentos que se fizessem necessários com o Grupo de Trabalho, no sentido do que a transferência se fizesse dentro dos planos do Grupo. esse modo, o subgrupo legislativo teve as suas atividades transferidas para a Direção-Executiva. (MAIA, 1961, p. 14)

Um dos subgrupos criados foi o Subgrupo do Transporte e Comunicação, responsável pela dinâmica do transporte de todos os bens pertencentes ao Senado Federal. Foram analisadas, vias de acesso entre o Rio de Janeiro para Brasília, e o transporte dos objetos que compunham o Palácio Monroe.

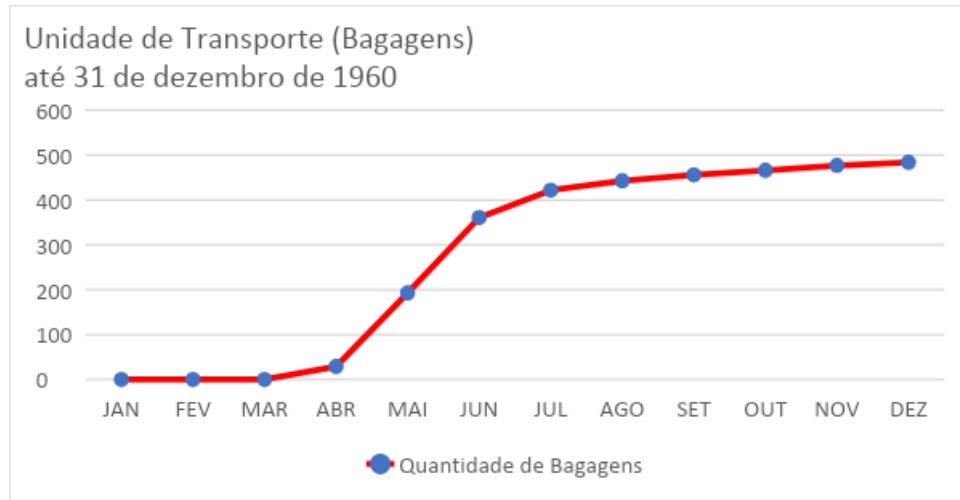
O Plano de Mudança consistia em primeiro trazer para a Nova Capital, os órgãos administrativos. Observou-se durante a execução do Plano de Transferência a necessidade real de haver comunicação entre Brasília, nova capital com as demais capitais do país.

A transferência para a nova capital, se deu primeiro transferindo os órgãos públicos, em seguida os servidores e por último, a transferência de bagagens. A execução da mudança se deu por dois grupos. No Rio de Janeiro o Setor de Execução de Mudança (SEM) e em Brasília o Setor do Grupo de Trabalho (SGTB) - grupos responsáveis por despachar as bagagens.⁷ Nos gráficos a seguir, apresentamos levantamento desse trabalho feito pelos dois grupos, no Rio de Janeiro e em Brasília.

Figura 6 e 7 – Gráfico de Transferência para Brasília – Senado Federal – Transporte de Bagagens e Equipamentos



⁷ Entendemos por bagagens, equipamentos eletrônicos como, máquina de datilografar, calculadora e objetos elétricos, e o mobiliário que compunha a casa. A que faremos a distinção dos móveis de escritório e dos móveis históricos que à época eram considerados um só.



Fonte: Elaborado pela autora. Baseado no Relatório de Felinto E. Maia, p. 110.

Para uma melhor harmonia na organização da mudança, o SEM entregou aos órgãos a planta de cada edifício para que os mesmos criassem um “mapa de organização” e esse mapa seria apresentado ao grupo de trabalho.

No caso de equipamentos especiais como cofres, objetos de arte etc. deverá ser preenchido um mapa para esses tipos de equipamentos, isto é, um mesmo mapa para cofre, e um outro para objetos de arte, tendo-se em vista o tratamento especial que se deverá dar ao transporte desses tipos de equipagem. (MAIA, 1961, p. 47)

Houve um cuidado maior com a conservação desses bens pelo transporte e com embalagens diferenciadas. Segundo o relatório, dez dias antes de realizarem a operação de transporte, o SEM, enviaria uma pessoa credenciada para o exame do tipo de equipamento e embalagem.

Segundo o relatório, houve um estudo detalhado do Grupo de Transporte, e foi dada a preferência para se fazer a transferência por rodovia. Foi utilizada a BR-040, rodovia que liga o Rio de Janeiro a Brasília, passando por Belo Horizonte. Se estabeleceram pontos de controle para as viaturas ao longo da estrada. Todas as viaturas que transportavam qualquer bem proveniente do Palácio Monroe saíram de um único ponto, denominado Ponto Inicial de Controle no Rio de Janeiro, e chegaram ao Ponto Terminal de Controle em Brasília.

Infelizmente, pelos limites de prazo para o desenvolvimento e entrega desta monografia, não conseguimos encontrar documentação mais detalhada,

discriminando os bens e acompanhando o desembarque aqui em Brasília. Mas é uma perspectiva que deixamos aqui indicada para o Museu do Senado, porque acreditamos que seja relevante para a boa execução de um processo de inventário.

1.4 A demolição do Palácio Monroe

Patrimônio histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e construído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas. (CHOAY, 2001, p. 11)

O Palácio Monroe foi demolido em 1976, durante o regime militar no Brasil, como parte de um outro projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro. A demolição do Palácio gerou discussões e críticas devido ao valor histórico e cultural do edifício e de seus elementos internos junto a um processo que, para muitos, significaria o apagamento da cidade do Rio de Janeiro como capital da República. Não tivemos acesso a uma documentação de natureza arquivística, específica sobre os processos de descarte, venda por meio de leilões dos objetos internos e elementos decorativos externos. Tivemos acesso, nos limites do tempo dessa pesquisa, aos documentos relacionados à mudança para Brasília que não são muito elucidativos sobre a questão dos objetos em si que chegaram à capital federal inaugurada em 1960.

Após debates acerca da preservação do conjunto arquitetônico, ocorridos no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que envolveu integrantes do corpo técnico, como Paulo Santos, Lucio Costa e Lygia Martins Costa, o tombamento do Palácio chegou a ser cogitado, no Processo nº 860-T-72, porém, segundo os pareceres que instruem o processo, não foram identificados valores que justificassem o tombamento do imóvel.

O Serviço do Patrimônio Histórico, atual Iphan, criado em 1937, tinha à frente um grupo de modernistas, influenciado pelo arquiteto Lúcio Costa. O grupo detestava a arquitetura eclética. Para eles, o verdadeiro estilo brasileiro era o colonial, abundante nas cidades históricas mineiras e nas igrejas barrocas do Rio e Salvador. Esse pensamento ajudou a construir uma visão parcial do passado brasileiro, em que não cabiam prédios ornamentados, de influência francesa. (BORTOLOTTI, 2015)

Os edifícios tombados no que foi intitulado Conjunto Arquitetônico Rio Branco, foram a Biblioteca Nacional, Escola (Museu Nacional) de Belas Artes, Teatro Municipal e Edifício da Antiga Caixa de Amortização. A proposta de demolição do Palácio teria um aspecto urbanístico, visto a necessidade da demolição para a obra do metrô, criando a estação Cinelândia.

(...) esta hipótese, por si só, não se sustenta diante do grande esforço que foi realizado pela Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro para preservar o edifício. O traçado foi ligeiramente modificado passando por fora do Palácio. Foram construídas duas paredes de concreto, tangenciando a fundação do prédio, sem que fosse registrado qualquer dano ao mesmo. (ALVARENGA, 2019, p. 153)

Há interpretações que associam a demolição do Palácio Monroe como resultado de um processo de esvaziamento do ideal do Rio de Janeiro como capital no cenário político brasileiro (AVELAR, 2019; ALVARENGA, 2018). A demolição do prédio foi uma metáfora do fim do período da cidade do Rio de Janeiro como capital do país, com o objetivo de lhe dar uma nova identidade. Havia também a intencionalidade de desocupar a importância do Poder Legislativo, em uma época de regime militar em que a independência e harmonia dos Três Poderes foi abalada.

Figura 8 - Demolição do Palácio Monroe



Fonte: Acervo O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/demolicao-do-palacio-monroe-9251107> Acesso em: 24 de mar. 2023.

A hipótese mais aceita para a demolição do Palácio remete à "ausência" de valor estético, arquitetônico e de sua funcionalidade. Lucio Costa defendia que apenas dois estilos mereciam preservação no país: o barroco e o moderno. O arquiteto escreveu no processo. "Os prédios federais serão naturalmente preservados, com

exceção do Palácio Monroe que já perdeu toda e qualquer significação e deve ser demolido em benefício do desafogo urbano.” (AGUIAR *apud* FRANÇA, 2017, p. 52).

Figura 9 - Demolição do Palácio Monroe



Fonte: Senado the Commons. Disponível em:

<https://www.flickr.com/photos/senadothecommons/17208794803/> Acesso em: 24 de mar. 2023.

Para Paulo Santos, relator do processo de Tombamento, o Palácio tinha valor artístico, pois representava um período da arquitetura brasileira, como em seu projeto de construção, o Palácio tinha por finalidade ser o representante de uma nova identidade do Brasil, a transição entre a monarquia e o início da república. “Definia o ecletismo como sendo resultado da troca de experiência entre os povos decorrentes da Revolução Industrial cujo intercâmbio gerou formas.” (ALVARENGA, 2019, p.154). Paulo Santos defendia a valorização arquitetônica, cada período da história da arte tinha o direito de ter seu próprio estilo apreciado.

Como diria Choay (2001), o conceito de patrimônio urbano se funda a partir das noções de monumento e dos movimentos de preservação. A demolição do Palácio Monroe foi resultado de momentos políticos delicados, em relação a uma determinada tradição do pensamento arquitetônico do Iphan. A projeção internacional de arquitetura que conquistou o Grande Prêmio na Exposição Internacional, o edifício que sediou a III Conferência Pan-Americana, que foi sede de relevante instituição pública, talvez, por isso tudo, acabou em um processo de demolição com profundas relações com a mudança social e política que o país atravessava, não sendo mais

considerado um marco arquitetônico. Momentos como esse, nos fazem refletir sobre a importância da política de tombamento.

CAPÍTULO 2 - Mobiliário Histórico do Museu do Senado

O presente capítulo trata sobre aspectos do mobiliário histórico do Senado Federal e sua documentação museológica para preservação do acervo do/no Museu do Senado. Há que se destacar que esse processo de documentação vem se constituindo no museu *pari passu* com a presença de estagiários e museólogos egressos do Curso de Museologia da UnB.

Não é incomum encontrarmos estudos referentes a mobiliário a partir do campo de pesquisa sobre Museus-Casa. O Icom possui um Comitê Internacional para os Museus de Casas Históricas (DEMHIST).⁸ Houve nos dias 28 e 29 de junho passado o XVI Encontro Brasileiro de Palácio, Museus-casa e Casas Históricas na cidade de São Paulo⁹. Na folheteria virtual do evento, o mobiliário é destaque.

O trabalho desenvolvido no Museu do Senado por meio da documentação de seu mobiliário pode ajudar a deixar claro para os seus públicos que a vida política também é portadora de materialidade e não apenas de discursividades. Essa materialidade, tão cara e presente nos museus, não goza de uma dimensão ou estatuto privilegiado quando o assunto é política. Uma perda, pois como afirma o Prof. Ulpiano Meneses (2020, p. 11), "A dimensão material não é só a do produto ou do produzido, mas é o vetor sensorial que simplesmente torna possível cultura e vida social."

Há um conjunto de estudos e relações que podem ser identificados através do mobiliário. Um desses aspectos, por exemplo, é o estudo sobre a matéria prima para a produção desse mobiliário, como as madeiras que eram utilizadas. Como se sabe, no Brasil, a matéria prima para confecção de móveis não vinha do carvalho, como na Europa e, sim de nossas madeiras de Lei¹⁰, como jacarandá, mogno, freijó, peroba,

⁸ O Comitê Internacional de Museus-Casa Históricas, foi constituído durante a Conferência Geral do Icom de Melbourne em 1998, para a valorização da tipologia museal dos museus-casas. A cada ano o Comitê organiza uma conferência dedicada a temas específicos envolvendo os museus-casas.

⁹<https://emaklabin.org.br/ebpmcch/xvi-encontro-brasileiro-de-palacios-museus-casas-e-casas-historicas>

¹⁰ O termo foi criado na época do Brasil Colonial. Com a vinda da família real ao Brasil, ainda no início da exploração portuguesa, foi determinado que algumas espécies de árvores só poderiam ser derrubadas com a permissão por lei por parte da Coroa. Assim, essas espécies foram denominadas

ipê, cedro-rosa entre outros. No período colonial, parte das madeiras exploradas eram direcionadas à indústria naval. No Brasil colonial, essa exploração se concentrava na Bahia e Rio de Janeiro. Cabral (2004) explica que a exploração dessas madeiras se caracteriza historicamente como migração temporária, que acompanhava a expansão agrícola na colônia.

(...) à exploração madeireira: ela estava associada, pelo menos em alguns casos, a uma prática comum no período colonial, qual seja, a utilização, por parte dos grandes fazendeiros, de trabalhadores livres para a “limpeza” da mata, etapa imprescindível ao ulterior aproveitamento agrícola do solo. (CABRAL, 2004, p. 130)

A madeira utilizada como matéria prima se torna uma atividade artesanal, no intuito de complementar a renda no campo agrícola, pela produção de cercas, caixotes, machados, enxadas entre outros utensílios utilizados no campo, além do mobiliário, podendo ser diferenciado nos níveis sociais, os mais sofisticados aos engenhos mais modernos e ricos e o básico aos trabalhadores.

Os móveis brasileiros no período colonial se destacavam e se diferenciavam dos móveis europeus, por ter em seus entalhes decorações que referenciam a natureza/meio-ambiente brasileiro. Associava-se a base do mobiliário europeu, com elementos decorativos da nossa natureza, como folhas e frutos. O mobiliário acervado pelo Museu do Senado pode nos ajudar a refletir acerca desses processos de ação humana sobre a natureza, conformando territórios culturais, por exemplo.

O mobiliário exposto em museus tem uma variedade de funções. Para além de integrar os ambientes, é o objeto que representa materialmente uma determinada época. Os móveis podem expor características sobre hábitos e costumes da sociedade que os desenvolveram por isso os estudos sobre mobiliário histórico ou modernos (de design), que compõem o acervo dos museus, são tão necessários.

Utilizando, por exemplo, aspectos do tempo em que foi produzido, os móveis podem nos ajudar a compreender um conjunto de características do passado, onde compuseram ambientes. É bastante comum a presença e preservação de móveis

madeiras de lei. O “de lei” vem da questão judicial, e não da espécie ou de alguma característica da madeira.

vinculados a alguma personalidade importante, como a cadeira de D. Pedro II ou a cama do Presidente Vargas.

É assim que os móveis, na maioria dos museus, expostos com informações tipológicas, tecnológicas, de filiação a estilos e tendências artísticas e funcionais, datação e indicação dos proprietários originais. Tais informações são, evidentemente, muito importantes, já que revelam contactos interculturais, indicam trocas comerciais e apontam para o complexo quadro de usos e funções ou do contexto de produção e desenvolvimento (...) dos artesãos. (SUANO, 1992, p. 16)

Os móveis representam bem mais que a estética. Em outra abordagem com relação aos móveis, Marlene Suano (1992) nos explica que o móvel deve ser considerado em termos do espaço que ocupa na casa. A sociedade, o cotidiano e a arquitetura refletem em como um móvel era produzido, qual a matéria-prima utilizada e como sua funcionalidade era executada. São informações que ajudam a conduzir o estudo sobre a sociedade que produziu e utilizou o móvel.

No Brasil, onde aportam com os portugueses, eles são todos de madeira mal aparelhada, quase sem decoração, muitas vezes revestidos de couro (tanto em pêlo, quase curtido), fixado à madeira por tachas de metal. (SUANO, 1992, p. 16)

Rangel (2020) fala que a transformação de uma coleção, tema ou experiência em museu, pode refletir a importância que a sociedade dá à memória. A musealização da história do Senado, de seu acervo nos remete a uma fala de Rosana Pavoni.

(...) tornar público e educativo um lugar de referências individuais e intimamente ligadas a ações e ritos pessoais, apenas a casa está em posição de cotar uma linguagem própria, os acontecimentos de uma sociedade, de uma época, de um período artístico, de uma personalidade que de outra forma seriam irremediavelmente perdidas. (PAVONI, 2011, p. 148)

Compreendemos que há poucas informações sobre mobiliário em museus no campo da museologia. Os estudos referentes ao mobiliário partem, mais comumente, do campo do designer. Essa pesquisa fora da área da museologia, contribui para a nossa pesquisa histórica do objeto, no sentido de executar a documentação desse mobiliário.

2.1 Um pouco de história para tentarmos compreender melhor o mobiliário histórico do Senado Federal

Com a expansão do Renascimento na Europa, o mobiliário passou a ter características de outras regiões, como lista J. Wash Rodrigues (1952);

1. Muçulmana na Península Ibérica;
2. Barroco na Itália;
3. Chinesa e Indiana, por conta das navegações;
4. Rocalha (rococó) na França.

A estética portuguesa, se compôs a partir de características de estilos de outras regiões. Faremos um recorte de três estilos predominantes de móveis portugueses que vamos encontrar no mobiliário do Senado Federal. Os estilos;

- **Dom João V.** Estilo com forte influência do maneirismo português e do barroco inglês, e que posteriormente influenciará o barroco nacional brasileiro.
- **Dom José I.** Estilo que teve grande influência na segunda metade do século XVIII, mantendo elementos do estilo anterior, é influenciado pelo rococó francês e inglês, elementos que marcam a transição de estilos se apropriando das madeiras brasileiras (madeiras de lei).
- **Dona Maria I.** O estilo se mantém em duas linhas: se inspirando no estilo funcional inglês e no rococó. Copiando os móveis franceses Luís XV e Luís XVI, dessas cópias sairá o estilo rococó português que terá ornamentos em pérolas, flores, laços e fitas.

O estilo português é resultado da fusão de elementos característicos de outros estilos, o espaldar (encosto) vazado, pernas em cabriolé, visto muito no estilo inglês, como mostramos na imagem.

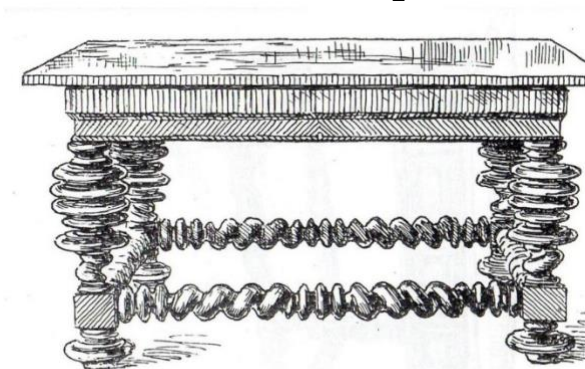
Figura 10 - Cadeira estilo Inglês na época de D. João V.



Fonte: AS ARTES PLÁSTICAS NO BRASIL, Mobiliário. J. Wash Rodrigues. Rio de Janeiro. 1952. p. 54

Outras características do estilo, são as pernas torneadas em espiral e linhas retas, os pés terminando em garras ou “bolachas”, como exemplificamos na imagem a seguir:

Figura 11 - Mesa de bolachas e torcidos



Fonte: AS ARTES PLÁSTICAS NO BRASIL, Mobiliário. J. Wash Rodrigues. Rio de Janeiro. 1952. p. 32



Fonte: Acervo do Museu do Senado Federal

Assim há o entendimento de que o mobiliário português, como sinalizamos anteriormente, é resultado de adaptações, o que se reproduziu no mobiliário exportado para a colônia. No século XVII, Portugal estabeleceu relações comerciais com a França e passou a produzir móveis semelhantes ou até mesmo comprar esses móveis. De acordo com Ângela Brandão (2010), esses estilos predominaram na decoração de casas, igrejas e palácios na colônia de Portugal, na medida que a elite local enriquecia com o ciclo do ouro, possibilitando a importação de produtos europeus. E muitos desses produtos eram móveis que vinham da França. Esse mobiliário presente no Museu do Senado é vetor, portanto, para seus públicos compreenderem o próprio Senado brasileiro contemporâneo e a manutenção de estruturas de poder e de exclusão, por exemplo.

O mobiliário produzido na América portuguesa, na transição do século XVIII para o XIX, é resultado de adaptações, uma vez que na época, como hoje em dia, nem todos tinham condições de importar móveis. A função do artesão passou a ser qualificada, reproduzindo modelos já existentes em outros países. Com isso há o surgimento das indústrias que seriam as responsáveis pela criação dos móveis nacionais.

Um dos decretos do Príncipe Regente D. João VI determinou a criação do Colégio das Fábricas em 1809. A instituição inicialmente abrigava órfãos da Casa Pia de Lisboa e qualificar mão-de-obra para realizar os ofícios de marcenaria, trabalhos em couro, entalhes, ferraria, entre outros, o que refletia na produção de móveis artísticos. (GUERRA; SIMÕES, 2007, p. 20)

Como o mobiliário é uma soma de influências, começando com os povos originários, da presença dos povos africanos e da cultura europeia, o mobiliário português no Brasil, se firmou por sua estética multicultural, "(...) espelhando as diferenças culturais, sobretudo no tocante aos valores atribuídos ao trabalho, uns como possibilidade de sobrevivência e outros como fonte de acumulação de riquezas". (SANTI, 2013, p. 39).

2.2- A documentação Museológica no âmbito do Museu do Senado Federal

No Plano Museológico, documento interno do Museu¹¹, define-se o trabalho de gestão de documentação como: “Atualmente, qualquer objeto pertencente ao Senado é tombado por um sistema interno de patrimônio¹². Dentro desse sistema, os objetos tombados recebem um código específico, para diferenciá-los, 049915 (obras de arte), 049916 (mobiliário) e 049917 (decoração)”. O código para mobiliário abrange todo o mobiliário da Casa, desde sua mobília para escritório, móveis históricos e modernos. Em que pese as orientações do campo da Museologia, o Museu do Senado tem seu livro do tomo e um processo para o registro, pois o Museu do Senado Federal é um museu institucional que lida com o patrimônio público sob sua responsabilidade, conferindo-lhe um conjunto de especificidades.

Há, portanto, um sistema de tombamento interno do Senado¹³ que abrange todo o patrimônio, como itens de valor histórico ou não. Os objetos que carregam um valor histórico e artístico passam por processo de musealização no Museu do Senado, nesses objetos são atribuídos novos valores e significados. Mário Chagas explica que a documentação é resultado de uma série de questionamentos que devemos fazer ao objeto em questão.

Um documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc. Todo e qualquer objeto, como é amplamente reconhecido, apresenta dados extrínsecos e intrínsecos. (CHAGAS, 1994, p. 35.)

O Comitê Internacional para a Documentação (Cidoc) define a documentação museológica como um conjunto de registros que documentam a origem, a história, a aquisição e a trajetória antes e depois da musealização de todos os objetos do acervo.

¹¹ O documento não foi disponibilizado publicamente até a produção deste trabalho.

¹² Não se trata do instrumento do tombamento de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹³ É um processo de marcação numérica, mediante qualquer método ou meio de gravação que permita a identificação do material permanente para a realização do controle patrimonial.

A documentação em museus envolve o desenvolvimento e a utilização de informações sobre os objetos que fazem parte do acervo e os procedimentos que auxiliam a sua administração. Essas informações deverão ser registradas por escrito ou inseridas no sistema informatizado de documentação do museu, devendo ser acessíveis aos funcionários, pesquisadores e ao público em geral. (CIDOC/ICOM, 2014, p. 19)

Como André Desvallées (2013) nos esclarece, a musealização pode ser entendida como algo natural, se está associada ou relacionada a um museu, todas as suas ações contemplam a musealização. “(...) o conceito de musealidade foi redefinido (...) ao longo dos anos. Inicialmente, ele teria associado o campo de interesse da museologia ao **reconhecimento do objeto como fonte primária de conhecimento**” (LOUREIRO; LOUREIRO, 2013, p. 6, grifo nosso).

A documentação museológica deve estar ligada à estrutura organizacional do museu, deve seguir de acordo com a missão do mesmo. Para além de informações técnicas como; dimensões, cor, textura, função, valores estéticos e financeiros e autoria, um objeto se transforma em bem cultural somente quando sua importância é reconhecida pelo coletivo, sociedade e instituição.

Para haver o preenchimento adequado da ficha catalográfica é necessário usar um vocabulário controlado, utilizando essas terminologias tornamos viável a recuperação e o controle da informação museológica. Segundo a Resolução Normativa nº 6 de 2021 do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)¹⁴, para classificação é recomendado a utilização do vocabulário controlado intitulado “Thesaurus para Acervos Museológicos”¹⁵, desenvolvido por Helena D. Ferrez, bem como outros vocabulários controlados.

O processo de musealização no Museu do Senado Federal se dá a partir do entendimento de como esse objeto contribui para a missão do museu, que segundo o Plano Museológico é “Coletar, pesquisar, preservar e divulgar os testemunhos da

¹⁴ Resolução Normativa nº6, de 31 de agosto de 2021. Disponível em: [Resolução Normativa Ibram no 6, de 31 de agosto de 2021](#). Art. 7º, parágrafo 1º, inciso VII - classificação - informação facultativa da classificação do objeto segundo o “Thesaurus” para Acervos Museológicos ou outros vocabulários controlados;

¹⁵ Tesouros de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus. Disponível em: <https://www.tesaumuseus.com.br/>.

história do Senado Federal” (2022, p. 5). A partir desse entendimento os objetos são agregados ao acervo do museu tais como mobiliário, quadros e objetos de decoração.

O Museu gera seus números de registro baseando-se em um documento intitulado “Código de Classificação”.¹⁶ Sendo composto por: **centena**, a classe a qual o objeto será inserido; **dezena**, sua tipologia específica e **unidade**, sua composição física. Para darmos exemplo temos abaixo duas tabelas de classificação:

Tabela 1 - Classificação para Artes Visuais

100 - Artes Visuais	10 - Pintura	1 - Têxtil (tela)
	20 - Desenho	2 - Madeira
	30 - Estampa/Gravura	3 - Metal
	40 - Escultura	4 - Papel
	50 - Tapeçaria	5 - Vidro/Cristal
	60 - Fotografia	6 - Minerais
	70 - Construção artística	7 -
	80 -	8 - Mistos
	90 - Outros	9 - Outros

Fonte: Elaborado pela autora baseado no Manual de documentação museológica do museu.

Tabela 2 - Classificação para Mobiliário

200 - Mobiliário	10 - Mesa	1 - Têxtil (tela)
	20 - Cadeira	2 - Madeira
	30 - Armário	3 - Metal
	40 - Sofá	4 - Papel
	50 - Poltrona	5 - Vidro/Cristal
	60 - Aparador	6 - Minerais
	70 - Estante	7 - Plástico

¹⁶ Observa-se que essa classificação provém do campo da Arquivologia e não do campo da Museologia.

	80 - Espelho	8 - Mistos
	90 - Outros	9 - Outros

Fonte: Elaborado pela autora baseado no Manual de documentação museológica do museu.

A ficha de um objeto é um elemento de extrema importância no âmbito da documentação de um museu. A ficha catalográfica é uma orientação que se estende a qualquer objeto de um museu, por isso deve-se respeitar o processo de produção da mesma.

Consideramos que a ficha tem por objetivo a identificação individualizada de cada uma das peças dentro do acervo do museu. Deve-se ter informações intrínsecas como: composição material, técnica construtiva e morfologia. Igualmente, devem-se incluir informações extrínsecas como fonte de pesquisa. A Resolução Normativa nº 6/2021 do Ibram indica a necessidade de haver um conjunto de campos mínimos específicos para as informações. Em conjunto com a Resolução Normativa nº 6/2021 do Ibram para este trabalho também será usado o trabalho de Elsa Garrett Pinho e Inês da Cunha Freitas (2004), "Normas de Inventário Mobiliário - Artes Plásticas e Decorativas". Para demonstrarmos os campos que consideramos mais importantes de uma ficha para este caso em estudo.



- Denominação: O vocabulário controlado que identifica o objeto em questão.
- Título: Campo denominado pelo autor da obra ou o nome atribuído ao longo do tempo.
- Descrição: A descrição deve respeitar os critérios definidos pelas bibliografias especializadas. Descrever o objeto objetivamente, o que vemos na peça. Começando pelo geral para o particular. No caso de mobiliários devemos primeiro descrever a parte frontal, (de cima para baixo, da esquerda para a direita). Parte das costas, seguindo o mesmo esquema e por último os detalhes do móvel.
- Inscrição: Pode ser qualquer referência textual gravada, pintada, impressa ou estampada na obra.

- **Autoria:** Todo e qualquer elemento que faz parte do processo de fabricação de uma peça, essas são as peças assinadas, com exceção de empresas, oficinas, fábricas e ateliers. Que tem o seu campo próprio de identificação.
- **Data:** Campo reservado a data do objeto, se baseando em pesquisas históricas ou inscrições no próprio objeto.
- **Material/Técnica:** Campo deve referenciar os materiais utilizados na estrutura do objeto, identificando com cuidado cada substância. Assim como a técnica, deve expressar o processo utilizado na execução da obra.
- **Dimensões:** A unidade de medida adotada no campo da museologia é o centímetro. Tendo como medidas tradicionais (altura, largura, comprimento, diâmetro, profundidade e espessura). Sempre deve ser considerado as medições máximas da peça, livre de qualquer base ou suporte.
- **Histórico:** O campo deve se ater a noção da proveniência da peça e sua historiografia, na intenção dessas informações serem utilizadas posteriormente.

Para além dos campos que destacamos, a Resolução Normativa nº 6/2021 do Ibram ainda traz os campos: Número de registro, outros números, situação (localizado, não localizado ou excluído), classificação, estado de conservação, local de produção, condições de reprodução e mídias relacionadas.

Com o levantamento desses campos que consideramos importantes, traremos a título de exemplo uma ficha catalográfica de um móvel do Museu do Senado Federal.

Figura 12 - Ficha Catalográfica adotada pelo Museu

	MUSEU DO SENADO 	Registro	222.444
		SAMP	38543
		SPALM	121132
FICHA CATALOGRÁFICA			
Classificação: Mobiliário/Cadeira		Coleção: Não há	
Denominação: Cadeira			
Título: Cadeira Pata 10			
Autor: Autor desconhecido			
Material / Técnica / Suporte: Madeira e couro			
Local: S/r		Data: S/r	
Assinatura / Marca / Fabricante: Não há			
Inscrições: Não há			
Dimensões	Da Obra (Altura / Largura / Profundidade / Diâmetro): 124cm x 56cm x 46cm		
	Da Moldura / Base / Estojo (Altura / Largura / Profundidade / Diâmetro): Altura (cm) x Largura (cm) x Profundidade (cm) x Diâmetro (cm)		
Descrição da Moldura / Base / Estojo: Não se aplica			
Aquisição	Forma: S/r		
	Data: S/r		
	Fonte: S/r		
Estado de Conservação	Obra: Regular		
	Moldura / Base / Estojo: Não se aplica		
	Observações: Desbotamento, sujidade, fratura, arranhões, manchas. Craquelês no couro. Rachadura na perna direita. Suporte do encosto se soltando.		
Procedimentos de Restauração e Higienização: S/r			

Recomendações de Conservação: -Temperatura: 20°C a 26°C. -Umidade relativa: 40% a 50%. -Limpeza somente com pessoal orientado. -Evitar oscilação de temperatura e umidade.	
Histórico	Da Obra: Cadeira no Estilo Dom João V, cujo estilo são puras cópias do Queen Anne e do primitivo Georgiano. O Estilo Dom João V tem Influência do barroco italiano, da afluência do ouro do Brasil e dos tecidos e móveis orientais da Índia e China, do mobiliário francês (estilo Luís XV e Luís XVI) e do mobiliário inglês (estilo William and Mary e Queen Anne). Por sua vez, o mobiliário inglês tem influência holandesa, nas pernas arqueadas (cabriolé com influência chinesa em nogueira). Cadeira portuguesa em sola (couro) lavrado. Influência barroca no espaldar vazio formado de um aro reto ou em ligeiras curvas, com uma tábua no centro. Influência barroca também na lavra do couro, na bandeira do assento e nos pés. Cadeira estilo D. José I, que recebe influência do rococó. A cadeira tem as pernas delgadas e arqueadas para fora. O espaldar traz no centro uma tabua recortada e as vezes vazada. No topo do espaldar formam laços ou arabescos e os pés dos moveis são em formato de garra de leão.
	Do Autor: S/r
Localização	Situação: Objeto Localizado
	Localização: ██████
Descrição: Pernas arqueadas a moda chinesa (cabriolé) e pés com acabamento e formato de patas de leão. Espaldar das cadeiras vazio com tábua ao centro com concha representada no espaldar. Influência do estilo Chippendale (inglês Queen Anne) que será muito comum em Portugal e no Brasil (principalmente na Bahia).	
Exposições: S/r	
Valores	Compra: Selecione a Moeda... Real
	Seguro: R\$ ██████
	Valor de Mercado: R\$ ██████
Condições de Reprodução	Domínio Público: Não
	Direito de Uso: Sim
	Direito de Imagem: Sim
Observações: Campo Data: Não sabemos a data exata da confecção do móvel.	
Referências Bibliográficas: RODRIGUES, J. Wash. As Artes Plásticas No Brasil Mobiliário. Rio de Janeiro. Ed. De Ouro. 1968	
Informações do Preenchimento	Responsável pelo Preenchimento: Amanda Sarmento Assis Lima (atualização). Sarah Gabriela Paes Crisóstomo

2.2.1 Documentação museológica para a preservação

Separamos essa parte para destacarmos a importância da documentação na preservação do bem musealizado, no que se refere à conservação desse bem. Uma das funções do museólogo é preservar o bem musealizado para que se perpetue sua vida útil de forma que se preserve a sua carga simbólica e, por meio dela, as sociedades atuais e futuras possam conhecer melhor homens e mulheres do passado. Esse trabalho é feito recorrendo-se a uma rede de apoio de profissionais técnicos. Recomenda-se que se evitem intervenções no bem, para que não se perca seu valor histórico. Sempre respeitando o objeto, como já sinalizava Camilo Boito:

(...) no período que se estende dos séculos XV ao XVIII, foram conjugadas no estabelecimento das teorias da conservação: o respeito pela matéria original, a ideia de reversibilidade e distinguibilidade, a importância da documentação e de uma metodologia científica, o interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção, a noção de ruptura entre passado e presente. A partir da segunda metade do século XVIII, a restauração passou a se afastar cada vez mais das ações ditadas por razões pragmáticas e assumiu aos poucos uma conotação fundamentalmente cultural. (...) com o julgamento alicerçado no conhecimento histórico e em análises formais. (BOITO, 2008, p. 15-16)

Traremos a situação pela qual o Senado Federal passou no dia 08 de janeiro de 2023, quando foi invadido por manifestantes que depredaram objetos musealizados pelo museu do Senado Federal. Os manifestantes invadiram algumas áreas comuns e restritas da Casa. Áreas que expõem o mobiliário histórico do Senado Federal, o Salão Nobre e o Gabinete da Presidência do Senado. Alguns de seus objetos foram vandalizados, como uma cadeira pertencente ao Antigo Plenário, que está no Senado Federal desde o Palácio Conde dos Arcos, uma mesa de escritório e algumas cadeiras assinadas por Jorge Zalszupin¹⁷, entre outros objetos e obras de arte.

¹⁷ Jorge Zalszupin foi um arquiteto e designer polonês naturalizado brasileiro. Veio para o Brasil na década de 1950 depois de escapar da perseguição aos judeus na Polônia e ter cursado arquitetura na Romênia. Em 1959 fundou em São Paulo a L'Atelier, fábrica pioneira na produção de móveis em série no Brasil. O Senado Federal, possui em suas dependências uma quantidade relativa de móveis assinados por Zalszupin.

Na sequência, podemos observar a situação em que se encontrou a mesa de escritório que ficava no gabinete da presidência e que não pertence à Coleção Palácio Monroe.

Figura 13 - Mesa vandalizada



Foto: Priscila Rocha Gomes de Souza
conservadora do Museu do Senado

Em um museu, a ficha de diagnóstico e a ficha catalográfica de um objeto, servem para manter documentada a existência daquele objeto, para que não se perca a história, sua carga simbólica, seus valores, além dos métodos construtivos aplicados à peça. Igualmente nela, são registradas as intervenções pelas quais o objeto passou, caso elas tenham ocorrido. Para que possamos entender as intervenções que o objeto passou, “Paravicini aponta os perigos da falsificação gerada pelas restaurações e preconizava maior respeito pela matéria original, pelas marcas da passagem do tempo (...) além de recomendar a distinguibilidade da intervenção”. (BOITO, 2008, p. 19).

Figura 14 - Mesa vandalizada (restaurada)



Foto: Antonio Randall Felix da Silva
Restaurador do Museu do Senado

A restauração pode ser entendida como qualquer intervenção que tem por finalidade trazer de volta a eficiência de um objeto. “(...) a ideia de uma intervenção sobre um produto da atividade humana; qualquer outra intervenção, seja na esfera biológica seja na física não entra, portanto, sequer na noção comum de restauro” (BRANDI, 2019, p. 26). A restauração da mesa seguiu etapas: primeiro todos os fragmentos foram catalogados, para se ter o levantamento das peças faltantes. Logo após, iniciou-se o processo de restauro da mesma, colando as peças ou produzindo as partes faltantes, fazendo a higienização do objeto, lixando e polindo para selar a mesma, pois a mesa voltaria a ser utilizada diariamente. Todas essas etapas foram registradas na ficha referente à mesa vandalizada.

Escolhemos este exemplo de uma mesa vandalizada no dia 08 de janeiro, porque sua ficha catalográfica não se encontra na Relação Geral de obras do Museu. Retornamos a discussão sobre a importância do processo de documentação de um objeto para que não se perca suas informações e história. Partindo disto os conservadores não tiveram acesso aos campos utilizados por eles da ficha que são, Histórico da Obra e Procedimentos de Restauro e Higienização. Com isso não se sabe quais procedimentos a mesa pôde já ter passado, retardando o procedimento de restauro uma vez que precisaram buscar essas informações.

Camilo Boito (2008), nos apresenta sete princípios adotados pela conservação no Congresso dos Engenheiros e Arquitetos, realizado em Roma em 1883. Eles são.

(...) ênfase no valor documental dos monumentos, que deveriam ser preferencialmente consolidados a reparados e reparados a restaurados; evitar acréscimos e renovações, que, se fossem necessários, deveriam ter caráter diverso do original, mas não poderiam destoar do conjunto; os complementos de partes deterioradas ou faltantes deveriam, mesmo se seguissem a forma primitiva, ser de material diverso ou ter incisa a data de sua restauração ou, ainda, no caso das restaurações arqueológicas, ter formas simplificadas; as obras de consolidação deveriam limitar-se ao estritamente necessário, evitando-se a perda dos elementos característicos ou, mesmo pitorescos; respeitar as várias fases do monumento, sendo a remoção de elementos somente admitida se tivesse qualidade artística manifestamente inferior à do edifício; registrar as obras, apontando-se a utilidade da fotografia para documentar a fase antes, durante e depois da intervenção, devendo o material ser acompanhado de descrições e justificativas; colocar uma lápide com inscrições para apontar a data e as obras de restauro realizadas. (...) colocar uma lápide com inscrições para apontar a data e as obras de restauro realizadas. (BOITO, 2008, p. 21-22)

Destacamos a fala de Camilo Boito sobre a importância da documentação e de uma metodologia científica, para falarmos de como o levantamento histórico das informações nos campos da ficha catalográfica auxiliam o trabalho dos conservadores em um museu. A historicidade, o estudo do objeto ajudam no complemento, na visão do bem. A documentação museológica colabora para nortear os restauradores, sobre a obra e o artista, com a pesquisa prévia, o aprofundamento de informações sobre a obra, como, estilo, época e material.

Para Cesare Brandi (2019). A restauração não pode ser considerada um único trabalho, que irá atingir todos os tipos de objetos, como uma fórmula pronta. Se terá uma restauração relativa a móveis e objetos industriais e uma restauração relativa às obras de arte. Pois deve existir a diferença de operações a serem realizadas nesses objetos, visto que cada objeto necessita de uma conservação e restauração própria. Pois a restauração é considerada uma ação de caráter cultural, na Carta de Veneza, de 1964, destaca que pode ser também um ato crítico e uma relação entre fatores estéticos e históricos de um objeto ou obra. Assim como um restaurador e o museólogo usam da rede de apoio para complementar suas informações sobre o objeto.

Os objetos referentes à Coleção Palácio Monroe, que foram transferidos do Rio de Janeiro para Brasília e se encontram tanto no Palácio do Congresso quanto na

Residência Oficial, que carregam significados e símbolos da história do poder legislativo, foram os primeiros objetos a serem patrimonializados pelo sistema de tombamento do Senado Federal. Na década de 1980, foi feito um levantamento dos móveis e foram identificadas quarenta e três mesas transferidas e distribuídas pela Residência Oficial, Gabinete do Diretor-Geral, Gabinete do Diretor-Administrativo, Salão Nobre (Museu), Biblioteca e Gabinete do Senador Alexandre Costa.

O que se sabe da descrição dos móveis transferidos é que se tratam de móveis em jacarandá, em couro, em palhinha, mesas de mármore, jarros de porcelana, quadros, brasões, peças de prata e tapeçaria. Através do registro feito, o Museu pode ter mais de cem peças provenientes dessa transferência e que portanto pertencem à Coleção Palácio Monroe. A partir dos levantamentos feitos, identificou-se a necessidade do trabalho de documentação para a preservação, da pesquisa para o melhor entendimento sobre o objeto em questão. O Museu do Senado Federal deve investir e continuar investindo em sistemas que os ajude a monitorar seu acervo para além de suas peças históricas, que os ajude no trabalho de pesquisa para manter a historicidade da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, apresentamos o mobiliário da Coleção Palácio Monroe através de sua história e a sua atribuição como objeto de estudo para o campo da museologia, assim como sua documentação. O reconhecimento dos objetos e sua permanência na utilização cotidiana dos mesmos, ao tempo em que proporciona um valor agregado ao mobiliário, demonstra a necessidade de aprofundamento da pesquisa para uma melhor proteção e valorização desse acervo.

O trabalho nos apontou para três abordagens que o mobiliário pode ter. A primeira, é uma abordagem biográfica, onde o mobiliário está atrelado a sua trajetória carregada de significados o que justifica seu estudo. Igualmente, podemos abordar o mobiliário na relação com as casas, familiares ou políticas, mas sempre estruturas de poder privado ou público respectivamente. Por fim, podemos entender melhor os museus, sua missão, seus processos de musealização por meio da documentação museológica ali desenvolvida.

Para Alberti (2005) não podemos atribuir o poder apenas aos objetos materiais, fazendo isso, não contribuimos para o melhor conhecimento acerca da ação do ser humano na história. Os objetos e coleções não agem sozinhos. São vetores para que possamos compreender a ação social.

Por meio da documentação museológica, pode-se recuperar valores, aspectos simbólicos da vida política brasileira que foram sendo construídos no interior do Palácio Monroe, podendo-se ressignificar a sua coleção, no momento em que os objetos se tornaram acervo do Museu do Senado Federal. O edifício como um todo teve grande representação, e a sua demolição representou um ponto de partida na mudança do significado de seus objetos.

O processo de musealização representa um marco na trajetória do objeto, apesar da sua existência preceder seu ingresso em uma coleção de museus. Abordar a história do museu por meio dos objetos de sua coleção traz metaforicamente uma vida ao museu e as suas coleções. Lembramos do processo de tombamento do conjunto arquitetônico, no qual o tombamento do Palácio Monroe foi indeferido. Mais de duas décadas depois, os objetos, as partes que constituíram o Palácio foram

musealizadas, sendo inseridas em um novo contexto em que, por meio dos processos de documentação, lhes foram atribuídos valores culturais.

Podemos entender o significado social de um objeto como algo variável uma vez que, dependendo do período, podem ser considerados diferentes aspectos. Interpretar os significados, documentá-los pode nos ajudar a decidir sobre a melhor forma de conservá-los e comunicar seus valores. Maroevic (2009) nos apresenta três direções para um objeto sofrer interpretações e modos de se comunicar, quais sejam: o tempo, o espaço e a sociedade. O tempo se refere a momentos importantes e eventos considerados históricos. O espaço é a interpretação da função do objeto. A sociedade é referente ao valor social do objeto, e, dependendo, seu significado social se torna variável.

O Museu do Senado Federal preserva a história de sua Casa não apenas com a documentação museológica. A partir dessa documentação, a história do Senado Federal pode estar em exposição no Salão Nobre com seu circuito visitante, com seus catálogos e seu inventário, que ajudam a ter uma dimensão do acervo e suas coleções presentes no Museu.

REFERÊNCIAS

ACERVO. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo14329/acervo-e-colecao>. Acesso em: 27 de jul. de 2023.

ALBERTI, S. J. M. M. Objects and the museum. *Isis*, v. 96, p. 559-571, 2005.

ALVARENGA, Daniel Levy de. Ressonâncias no processo de demolição do Palácio Monroe. *Revista Espacialidades*. [online]. 2018, v. 13, n. 1. ISSN 1984-817X. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1757/0709bbd972c19cad768cbd308740d1a83087.pdf>

AVELAR, Lucas de Souza. Entre o moderno e a tradição: a demolição do Palácio Monroe e as perspectivas de preservação do patrimônio histórico e artístico (1960-1976). In: *Anais do XIV Encontro de História da Arte*, Campinas, 2019. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/eha/programacao.html> DOI: 10.20396/eha.vi14.3329

BARROSO, Gustavo. Mobiliário Luso-Brasileiro. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.1, ano 1940. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1940. p.133-139. Disponível em <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em: 23 de jun. 2023.

BOITO, Camilo, 1836-1914. **Os restauradores**: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884 / Camilo Boito; tradução Paulo Mugayar Kuhl, Beatriz Mugayar Kuhl; apresentação Beatriz Mugayar Kuhl; revisão Renata Maria Parreira Cordeiro. - 3. ed - Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

BORTOLOTTI, Marcelo. Demolição de prédios históricos foi motivada por arquitetos modernistas. *Época*, 2015. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/ideias/noticia/2015/03/bdemolicao-de-predios-historicosb-foi-motivada-por-arquitetos-modernistas.html>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

BRANDÃO, Ângela. Anotações para uma história do mobiliário brasileiro do século XVIII. *Revista CPC*, n. 9, São Paulo: USP, v. 16

BRANDI, Cesare, 1906-1988. **Teoria da Restauração** / Cesare Brandi; tradução Beatriz Mugayar Kuhl; revisão Renata Maria Parreira Cordeiro. - 4. ed. - Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2019. - (Coleção Artes & Ofícios)

BRASIL. Resolução Normativa n. 6 Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, [2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/outros-instrumentos-normativo/resolucao-normativa-ibram-no-6-de-31-de>

agosto-de-2021#:~:text=1%20Esta%20Resolução%20Normativa%20regulamenta,Lei%20n%2011.904%2C%20de%202009

CABRAL, Diogo de Carvalho. Produtores rurais e indústria madeireira do Rio de Janeiro do final do século XVIII. Evidências empíricas para a região do Vale do Macacu. In: **Ambiente e Sociedade**. Vol VI nº 2. 2004.

CHAGAS, Mário De Souza. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 2, n. 2, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO; CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. Declaração dos princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do Cidoc. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 2014.

DE ALVARENGA, Daniel Levy. O PALÁCIO MONROE E AS TRINCHEIRAS DA MEMÓRIA. **Revista de História Bilros: História (s), Sociedade (s) e Cultura (s)**, v. 7, n. 14, 2019.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François; SOARES, Bruno Brulon; CURY, Marília Xavier. **Conceitos-chave de Museologia**. [S.l: s.n.], 2013.

Dicionário Caldas Aulete. On-line. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/coleção>. Acesso em: 27 de jul. de 2023.

FRANÇA, Anna Sofia Meyer. **A CIRCULAÇÃO E DISPERSÃO DAS COLEÇÕES DO PALÁCIO MONROE**. 2017. TCC - Curso de Museologia/FCI/UnB. 2016.

GRILLI, Sílvia. **Signos da brasilidade no design de móveis** - São Paulo: SENAI-SP Editora, 2015. 96 p.: il. - (Coleção Design)

GUERRA, Wilton; SIMÕES, Renata. Apontamentos sobre a história do mobiliário brasileiro. In: BORGES, Adélia (Org.). **Coleção Museu da Casa Brasileira**. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2007

LOUREIRO, Maria Lucia de N. Matheus, LOUREIRO, José Mauro Matheus, «Documento e musealização: entretecendo conceitos», **MIDAS** [Online], 1 | 2013,

posto online no dia 01 abril 2013, consultado no dia 24 abril 2022. URL: <http://journals.openedition.org/midas/78>; DOI: <https://doi.org/10.4000/midas.78>.

MAIA, Felinto Epitácio. Relatório produzido pelo grupo de trabalho incumbido da transferência da Administração Pública Federal para a nova capital, Brasília e apresentado ao presidente Juscelino Kubitschek. CPDOC – FGV. 1961 Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Acervo_FEM&id=1534605606501&pagfis=9 Acesso em março. 2023.

MAROEVIC, Ivo. The museum object as historical source and document. In: VIEREGGE, Hildegard K.; GORGAS, Mónica Resnicoff; SCHILLER, Regina. (Ed.). **Museología e historia: un campo del conocimiento**. Córdoba, Argentina: ICOFOM, 2006. p. 332-337.

MENESES, Ulpiano Bezerra Toledo de. Prefácio. In: CARVALHO, V. C. de. **Gênero e Artefato**. O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material - São Paulo, 1870 - 1920. São Paulo: Edusp, 2020.

NOGUEIRA, Daniele Galvão Pestana. A preservação da memória do Tribunal de Contas da União por meio de seu museu (1970-2010). 2015. 493 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade de Brasília, 2015.

PARAIZO, Rodrigo Cury. **A representação do patrimônio urbano em hiperdocumentos**: um estudo sobre o Palácio Monroe / Rodrigo Cury Paraizo. – 2003. xi, 132 f. : il. (algumas color) ; 30 cm.

PAIVA, Gustavo Cardoso. **Memória institucional do Senado**: Museu Histórico Itamar Franco. 2020. TCC - Curso de Museologia/FCI/UnB, 2021.

PAVONI, Rosana. O projeto de classificação dos museus-casa. A conclusão da primeira fase e resultados. MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia, n.5, 2011. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

RANGEL, Márcio Ferreira. A musealização da Casa Augusto Ruchi. Instituto Nacional da Mata Atlântica - INMA. Documento-base para a elaboração do projeto executivo e museológico da Casa Augusto Ruchi. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inma/pt-br/assuntos/pesquisa-1/rede-de-compartilhamento-de-dados-e-divulgacao-da-mata-atlantica-no-estado-do-esp2013-rima/anexo_15_historia.pdf Acesso em: 11 de mar. De 2023.

RODRIGUES, J. Wash. **As Artes Plásticas no Brasil**. Mobiliário. Rio de Janeiro. 1952.

SANTI, Maria Angélica. **Mobiliário no Brasil**: origens da produção e da industrialização / [Maria] Angélica Santi - São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2013.

SUANO, Marlene. Alfaias, Apetrechos, Tarecos, Trecos: os móveis. Como explorar um museu histórico. São Paulo: Museu Paulista, Universidade de São Paulo, 1992.

ANEXOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO PARA USO DE INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Eu, Rebeca Pires Matias, aluno(a) regularmente matriculado(a) no curso graduação de Museologia, número de matrícula 17/0155153, na Universidade de Brasília, doravante denominada "Aluna", e Mateus Kên Donehogawa de Menezes de Carvalho, museólogo, registro COREM 4R 390-I, representado neste ato por Senado Federal, doravante denominada "Museu do Senado", vêm por meio deste termo autorizar e comprometer-se com o uso de informações institucionais necessárias para a realização do trabalho de conclusão de curso, intitulado "A importância da documentação museológica na preservação do mobiliário: a Coleção Palácio Monroe - o mobiliário histórico do Senado Federal".

O Museu do Senado autoriza expressamente a Aluna a utilizar as informações disponibilizadas pelo Museu do Senado, se limitando aos dados do acervo museológico, como documentos de aquisição, documentos fotográficos, documentos históricos, fichas catalográficas e materiais de natureza museológica pertinentes ao trabalho de conclusão de curso.

A Aluna compromete-se a utilizar as informações fornecidas pelo Museu do Senado exclusivamente para a elaboração e conclusão do trabalho de conclusão de curso, respeitando as normas éticas e acadêmicas estabelecidas pela Instituição.

A Aluna também compromete-se a manter a confidencialidade das informações obtidas do Museu do Senado, bem como a preservar a privacidade dos dados e conteúdos a que tiver acesso. As informações coletadas serão tratadas de forma sigilosa e utilizadas somente para os propósitos acadêmicos estabelecidos neste trabalho de conclusão de curso.

A Aluna assume assim, total responsabilidade pela integridade das informações obtidas do Museu do Senado e compromete-se a adotar medidas adequadas para garantir a sua segurança e proteção contra perdas, acessos não autorizados ou uso indevido.

Qualquer utilização das informações obtidas do Museu do Senado em outros trabalhos acadêmicos será submetida à apreciação prévia e autorização do Museu do Senado.

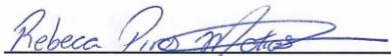
A Aluna compromete-se a utilizar as informações obtidas do Museu do Senado somente durante o período necessário para a elaboração, apresentação e defesa do trabalho de conclusão de curso, conforme estabelecido pela Instituição.

Por fim, a Aluna declara estar ciente de que é a única responsável pelo uso adequado das informações fornecidas pelo Museu do Senado e isenta o Museu do Senado de

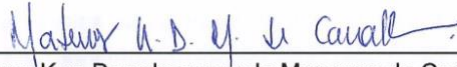
qualquer responsabilidade por eventuais problemas ou litígios decorrentes do uso indevido ou não autorizado dessas informações.

Declaro, ainda, que li e compreendi integralmente os termos deste documento, concordando voluntariamente com todas as suas disposições.

Brasília, 14 de junho de 2023.



Rebeca Pires Matias
Aluna



Mateus Ken Donehogawa de Menezes de Carvalho
Museu do Senado